

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA, DO MODELO TRIDIMENSIONAL À ARTICULAÇÃO ENTRE PRÁTICAS: IMPLICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS*

Viviane de Melo Resende**
Viviane C. Vieira Sebba Ramalho***

Resumo: Neste trabalho, busca-se fazer uma retrospectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC), com ênfase no movimento entre o modelo tridimensional de Fairclough (1989, 1992) e o desenvolvimento da elaboração teórica da ADC proposto por Chouliaraki & Fairclough (1999). O objetivo é mostrar que este desenvolvimento da disciplina é, sobretudo, um movimento do discurso para as práticas sociais, das quais o discurso é um momento. O diálogo com perspectivas críticas das Ciências Sociais – os trabalhos de Habermas (2002 [1987]), Harvey (1992 [1989], 1996), Giddens (1991, 2002), entre outros –, na proposta de 1999, implica um aprofundamento das bases sociais da ADC e, conseqüentemente, um aprimoramento de seu caráter emancipatório.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; teoria; modelo tridimensional; práticas sociais.

1 INTRODUÇÃO

A Análise de Discurso Crítica (ADC), disciplina com amplo escopo de aplicação, constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social. Situada na interface entre a Linguística e a Ciência Social Crítica, a ADC procura estabelecer um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos selecionados por pessoas ou grupos sociais.

Para tanto, as análises empíricas em ADC devem movimentar-se entre o linguístico e o social, pois o discurso é compreendido como uma forma de prática

* Este trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq – Brasil.

** Mestranda na Universidade de Brasília. E-mail: <vivianemelo@unb.br>.

*** Mestranda na Universidade de Brasília. Bolsista do CNPq. E-mail: <vivi@unb.br>.

social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade. O discurso, nessa concepção, é socialmente constitutivo – através do discurso se constituem estruturas sociais – e constituído socialmente – os discursos variam segundo os domínios sociais em que são gerados, de acordo com as ordens de discurso a que se filiam.

Uma característica determinante da ADC é seu caráter emancipatório. Por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, busca-se desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, a fim de favorecer a desarticulação de tais estruturas. Com esse objetivo, a ADC vem se desenvolvendo, estreitando seus laços com teorias sociais e com metodologias várias.

O objetivo deste artigo é favorecer a reflexão acerca de mudanças recentes nas propostas teórico-metodológicas da disciplina. Observa-se que houve, nos enquadres analíticos, um movimento do discurso para as práticas sociais, ou seja, a centralidade do discurso como prática dominante da análise passou a ser questionada, e o discurso passou a ser visto como um momento das práticas sociais.

Toma-se como base da reflexão duas importantes obras do discurso fundador da ADC: *Discourse and social change*, de Norman Fairclough (1992, tradução para o português em 2001) e *Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis*, de Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough (1999). Busca-se trazer para a discussão algumas das perspectivas da Ciência Social Crítica fundamentais para o desenvolvimento do enquadre atual de ADC, procurando demonstrar como esse diálogo serviu para aprofundar a abordagem de questões discursivas como identidade e ideologia.

2 O MODELO TRIDIMENSIONAL

O modelo tridimensional de ADC proposto por Fairclough em 1989 e aprimorado em 1992 distingue três dimensões no discurso – texto, prática discursiva e prática social –, segundo propósitos analíticos. Nesse modelo, a análise é, portanto, dividida em três etapas.

Por prática discursiva entendem-se os processos de produção, distribuição e consumo do texto, que são processos sociais relacionados a ambientes

econômicos, políticos e institucionais particulares. A natureza da prática discursiva é variável entre os diferentes tipos de discurso¹, de acordo com fatores sociais envolvidos. A prática discursiva é mediadora entre o texto e a prática social, segundo Fairclough (2001, p. 35-36):

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre 'pistas' no texto.

O que Fairclough (1992) propõe, em *Discurso e mudança social*², é um modelo tridimensional de Análise de Discurso, que compreende a análise da prática discursiva, do texto e da prática social. O modelo é representado pela Figura 1.

O modelo de análise do texto é pormenorizado em categorias. São categorias da análise textual, o *vocabulário*, a *gramática*, a *coesão* e a *estrutura textual*. O estudo do vocabulário trata das palavras individuais – neologismos, lexicalizações, relexicalizações de domínios da experiência, superexpressão, relações entre palavras e sentidos – e a gramática, das palavras combinadas em frases. A coesão trata das ligações entre as frases, através de mecanismos de referência, palavras de mesmo campo semântico, sinônimos próximos e conjunções. A estrutura textual refere-se às propriedades organizacionais do texto em larga escala, às maneiras e à ordem em que elementos são combinados.

Na análise das práticas discursivas, participam as atividades cognitivas de *produção*, *distribuição* e *consumo* do texto. Analisam-se também as categorias *força*, *coerência*, e *intertextualidade*. A força dos enunciados refere-se aos tipos de atos de fala desempenhados; a coerência, às conexões e inferências necessárias e seu apoio em pressupostos ideológicos; a análise intertextual refere-se às relações dialógicas entre o texto e outros textos (intertextualidade) e às relações entre ordens de discurso (interdiscursividade).

¹ O termo 'tipo de discurso' é utilizado em referência a discursos inseridos em campos institucionais, como o discurso burocrático e o discurso pedagógico, por exemplo.

² Note-se que a perspectiva tridimensional do discurso já estava presente na obra *Language and power*, publicada por Fairclough em 1989. Em 1992, o autor sistematizou essa concepção no modelo representado pela figura e que serve de base para esta discussão.

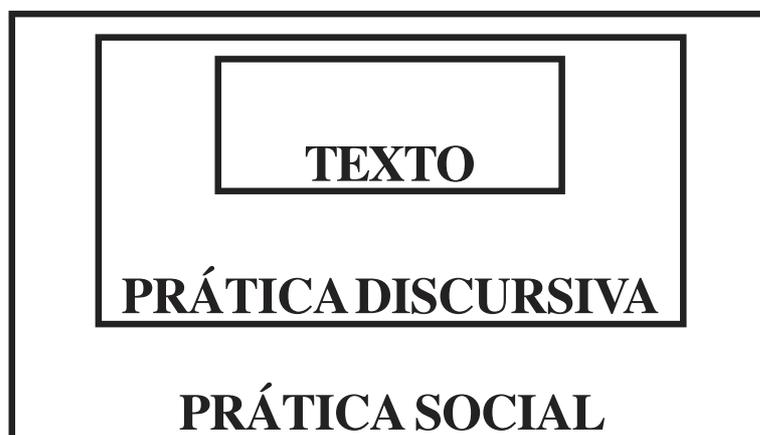


Figura 1 – Concepção tridimensional do discurso em Fairclough (1992, p. 101).

A análise da prática social está relacionada aos aspectos ideológicos e hegemônicos na instância discursiva analisada. Na categoria *ideologia*, observam-se os aspectos do texto que podem ser investidos ideologicamente, como os *sentidos* das palavras, as *pressuposições*, as *metáforas*, o *estilo*. Na categoria *hegemonia*, observam-se as *orientações da prática social*, que podem ser orientações *econômicas, políticas, ideológicas e culturais*. Procura-se investigar como o texto se insere em focos de luta hegemônica, colaborando na articulação, desarticulação e rearticulação de complexos ideológicos³ (FAIRCLOUGH, 1997).

As categorias analíticas propostas em *Discurso e mudança social* para cada uma das dimensões da Análise de Discurso podem ser agrupadas conforme propõe o quadro 1.

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
vocabulário gramática coesão estrutura textual	produção distribuição consumo contexto força coerência intertextualidade	ideologia sentidos pressuposições metáforas hegemonia orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas

Quadro 1 – Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional.

³ Dado que esses conceitos permanecem como eixo central no enquadre de ADC de 1999, eles são abordados na terceira parte deste artigo.

Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-la como um modo de ação historicamente situado, que é constituído socialmente, mas também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença.

Essa abordagem constitutiva do discurso é baseada na gramática sistêmico-funcional de Halliday (1985), segundo as três macro-funções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual. Fairclough (1992, p. 91-92), no entanto, subdivide a macro-função interpessoal em identitária e relacional⁴. Na função ideacional, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença (ideologias), por meio da representação do mundo ‘como o mundo é’ para o locutor; na identitária, o discurso contribui para a constituição ativa de auto-identidades e de identidades coletivas; na relacional, o discurso contribui para a constituição de relações sociais. A função textual diz respeito à maneira como as informações são organizadas e relacionadas no texto. Sendo assim, as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que são também escolhas sobre o significado (e a construção, manutenção ou subversão) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença (FAIRCLOUGH, 1992, p. 104).

Apesar de o conceito de prática social estar presente na abordagem teórica, observa-se, no modelo tridimensional de ADC, a centralidade do discurso. Nesse modelo, o discurso como produto recebe tratamento mais central que aquele a ele dispensado no desenvolvimento da elaboração teórica apresentado em 1999. A análise da prática social se dá *pele* texto. É através dele que se exploram as estruturas de dominação, as operações de ideologia e as relações sociais.

⁴ O autor defende a ênfase na função identitária pelo fato de a questão da identidade ser um importante aspecto discursivo de mudança cultural e social (FAIRCLOUGH, 1992, p. 176). Para Fairclough (2003a), a ênfase na construção discursiva das identidades desvela a importância da função identitária na linguagem, porque os modos de construção e categorização de identidades em uma dada sociedade refletem seu funcionamento no que concerne às relações de poder, à reprodução e à mudança social.

3 O ENQUADRE DE CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH (1999)

No enquadre de ADC de Chouliaraki e Fairclough (1999), o objetivo é refletir sobre a mudança social contemporânea, sobre as mudanças globais de larga escala e sobre a possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social. Para alcançar esse objetivo, a ADC assentada como reflexão sobre o discurso é localizada no contexto da Modernidade Tardia. O seu enquadramento dá-se: (i) numa visão científica de crítica social; (ii) no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia; e (iii) na teoria e na análise lingüística e semiótica.

A visão científica de crítica social justifica-se pelo fato de a ADC ser motivada pelo objetivo de prover base científica para um questionamento crítico da vida social em termos políticos e morais, ou seja, em termos de justiça social e poder (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 15). O enquadramento no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia justifica-se pela apresentação da ADC como uma contribuição para as propostas sistemáticas da pesquisa social crítica sobre o momento discursivo de práticas sociais da modernidade tardia, período em que a linguagem passou a ocupar o centro do modo de produção do novo capitalismo⁵. A teoria e a análise lingüística e semiótica, por sua vez, auxiliam a prática interpretativa e explanatória a respeito das conseqüências e efeitos sociais que podem ser desencadeados pelos sentidos dos textos.

Ao discorrerem sobre o discurso nessa fase da modernidade, os autores apresentam aspectos de teorias sociais críticas que podem ser complementados pela ADC bem como complementá-la nas análises de cunho social. O conceito de Modernidade Tardia, por exemplo, recebe contribuições de Giddens (1991,

⁵ Harvey (1989, p. 135-187) explica que a crise do capitalismo entre 1973-1975 gerou sua reestruturação: a rigidez do fordismo e sua linha de montagem foram substituídas pelo novo modelo de produção, baseado na flexibilidade e em *redes*, propiciadas pela dissolução de fronteiras espaço-temporais. A produção de bens de consumo materiais e duráveis foi substituída pela produção de *serviços* – serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos, *conhecimento*, *comunicação* etc., que, ao contrário de geladeiras ou carros, têm vida útil menor e aceleram o consumo e o lucro do investimento. Fairclough (2003b, p. 188) destaca que a semiose possui uma considerável importância na reestruturação do capitalismo e em sua reorganização em nova escala. Por exemplo, a economia baseada em informação e conhecimento implica uma economia baseada no discurso: o conhecimento é produzido, circula e é consumido em forma de discursos.

2002), que a define como a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização dos traços básicos da modernidade⁶, quais sejam: a separação de tempo e espaço; os mecanismos de desencaixe e a reflexividade institucional (GIDDENS, 1991, p. 25-36; 2002, p. 221). Em vários aspectos, as instituições modernas apresentam certas descontinuidades com as culturas e modos de vida pré-modernos em decorrência de seu dinamismo, do grau de interferência nos hábitos e costumes tradicionais⁷, e de seu impacto global (GIDDENS, 2002, p. 22).

Um traço básico da modernidade que sofreu notável radicalização e desencadeou o mesmo efeito em outros traços foi *a separação de tempo e espaço*. Essa separação criou a condição moderna para a articulação das relações sociais ao longo de amplos intervalos espaço-temporais e tornou-se a condição principal do processo de desencaixe e da organização racionalizada da vida social moderna.

O deslocamento das relações sociais de contextos e práticas locais e sua reestruturação em extensões indefinidas de tempo-espaço dependem de dois *mecanismos de desencaixe*: as fichas simbólicas e os sistemas especializados (sistemas peritos), que separam a interação das particularidades do lugar. Fichas simbólicas, como o dinheiro por exemplo, são meios de troca que têm um valor padrão, sendo assim intercambiáveis numa pluralidade de contextos. Sistemas especializados ou peritos, por sua vez, consistem em modos de conhecimento técnico que têm validade independente dos praticantes, dos clientes que fazem uso deles, do tempo e do espaço. A *reflexividade institucional* da modernidade tardia concerne ao conhecimento produzido pelos sistemas especializados e ao seu alcance espaço-temporal ampliado pela tecnologia dos meios de comunicação.

O movimento da concepção da “linguagem como prática social” (FAIRCLOUGH, 1992, p. 90) para a concepção da “linguagem como parte

⁶ “Modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 11).

⁷ Segundo Giddens (1991, p. 107), *tradição* diz respeito às maneiras pelas quais crenças e práticas são organizadas, especialmente em relação ao tempo. A tradição contribui de maneira básica para a segurança ontológica na medida em que mantém a confiança na continuidade do passado, presente e futuro, e vincula esta confiança a práticas sociais rotinizadas.

irredutível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos da vida social” (FAIRCLOUGH, 2003a, p. 3)⁸ recebe as contribuições de Williams (1979, p. 165), para quem “a linguagem [...] não é apenas um meio: é um elemento constitutivo da prática social”, e de Harvey (1996)⁹.

O ponto de partida para o enquadre teórico-metodológico de 1999 é a concepção da vida social como constituída de práticas, e da prática social como ação habitual da sociedade institucionalizada, traduzida em ações materiais, em modos habituais de ação historicamente situados. O conceito de práticas sociais é trazido do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996) e operacionalizado¹⁰ para atender aos fins do enquadre de 1999. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 28) explicam que Harvey reconhece a importância social do discurso (“o discurso internaliza tudo o que acontece nos outros momentos das práticas sociais”) como parte da ação e na construção reflexiva da vida social, bem como reconhece a importância do trabalho socialmente transformador do discurso.

Harvey (1996) defende que o discurso é apenas um momento do social e que sua relação com outros momentos é uma questão para se avaliar. O autor identifica os seguintes momentos das práticas: relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/valores/desejos, instituições/rituais e discurso, e postula que cada momento *internaliza* os outros sem ser redutível a nenhum deles. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 29) adaptam os momentos identificados por Harvey (1996) e propõem que a prática social seja composta de discurso (ou semiose)¹¹, atividade material, relações sociais (relações de poder e luta hegemônica pelo estabelecimento, manutenção e transformação dessas relações) e fenômeno mental (crenças, valores e desejos – ideologia). Esses *momentos da prática social*¹² se entrecruzam, sem se reduzir um ao outro, pela *internalização* e pela *articulação*.

⁸ Os originais em língua estrangeira foram traduzidos pelas autoras.

⁹ Citado em Chouliaraki e Fairclough (1999).

¹⁰ *Operacionalizar* supõe uma abordagem transdisciplinar, que não se limita a aplicar outras teorias, mas superar as fronteiras entre as disciplinas e transformá-las.

¹¹ Fairclough (2003a, p. 26) distingue duas acepções do termo discurso: como substantivo abstrato, significando linguagem e outros tipos de semiose como elementos da vida social e, mais concretamente, como um substantivo contável, significando modos particulares de representação de parte do mundo.

¹² *Atividade material*: tipos particulares de atividade, ligadas de maneiras particulares a condições materiais, temporais e espaciais específicas; *Relações sociais*: pessoas particulares em relações sociais particulares; *Discurso ou semiose*: recursos semióticos particulares e maneiras de uso da linguagem particulares; *Fenômeno mental*: pessoas particulares com experiências, conhecimentos e disposições particulares.

Práticas são, então, “maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). As práticas, assim compreendidas, são constituídas na vida social, nos domínios da economia, da política e da cultura.

Nessa perspectiva, o discurso é visto como *um* momento da prática social ao lado de outros três momentos igualmente importantes – e que, portanto, também devem ser privilegiados na análise. Por meio de análise de amostras discursivas historicamente situadas pode-se perceber a internalização de outros momentos da prática no discurso. A proposta pode ser resumida na Figura 2.

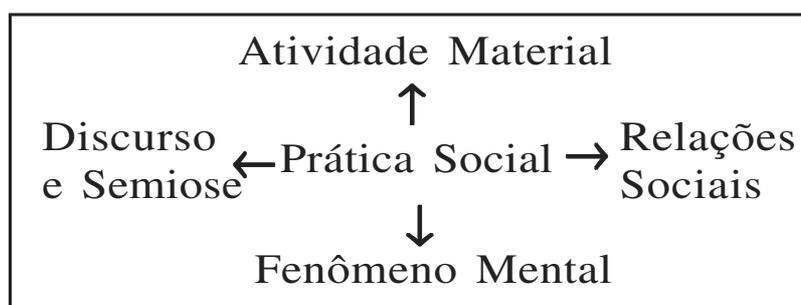


Figura 2 – Momentos da prática social¹³.

Assim, uma *prática particular* envolve configurações de diferentes *elementos* da vida social. Uma vez que esses diversos elementos da vida são reunidos em uma prática específica, são chamados de *momentos da prática* e cada momento é visto como *internalizando* os outros sem ser redutível a ele. Os momentos de uma prática são, então, *articulados*, ou seja, estabelecem relações mais ou menos permanentes como momentos da prática, podendo ser transformados quando há recombinação entre os elementos. O conceito de

¹³ Esta figura é uma representação proposta pelas autoras, não constando em Chouliaraki e Fairclough (1999). A figura ilustra os momentos da prática social, conforme discutidos no original, procurando captar a articulação entre eles e a importância da relação que entre eles se estabelece para o produto da prática. A articulação entre os momentos de uma prática social é um equilíbrio instável, ou seja, está sujeita a desarticulação e rearticulação. Esses quatro momentos podem ser desdobrados em mais momentos: em *Analysing discourse*, por exemplo, Fairclough (2003a, p. 25) sugere cinco momentos, a saber, *ação e interação, relações sociais, pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias), mundo material, discurso*.

articulação pode ser estendido para cada um dos momentos de uma prática, pois também eles são formados de elementos em relação de articulação interna. Por exemplo, o momento discursivo de uma prática é formado pela articulação de recursos simbólicos/discursivos, tais como tipos de discursos, gêneros e vozes. A figura 3 abaixo ilustra a articulação interna de cada momento da prática social.

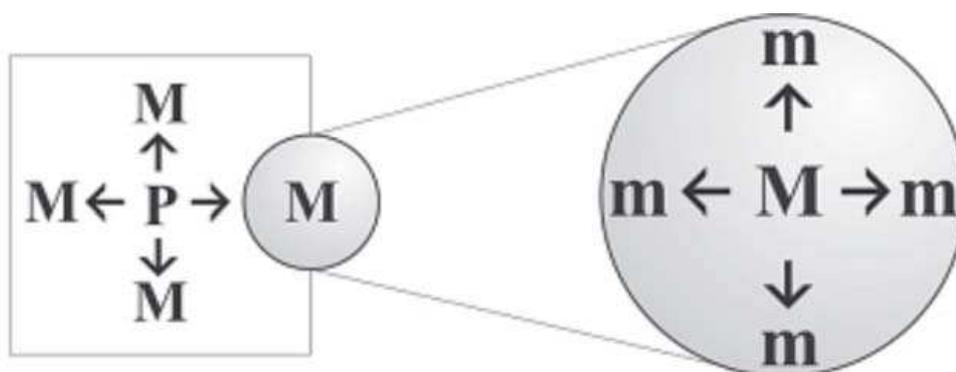


Figura 3 – Articulação na estrutura interna de cada momento da prática social¹⁴.

Assim, o momento discursivo (M) de uma prática (P) é o resultado da articulação de recursos simbólicos/discursivos (como gêneros, discursos, vozes), articulados com relativa permanência como momentos (m) do Momento (M) do discurso. Esses recursos são transformados no processo de articulação – e, desse modo, a articulação é fonte de criatividade discursiva.

A ação social é vista como constrangida pelas permanências relativas de práticas sociais – as sustenta ou as transforma, dependendo das circunstâncias sociais e da articulação entre práticas e momentos de práticas. A articulação entre os momentos da prática assegura que a hegemonia¹⁵ seja um estado de relativa permanência de articulações dos elementos sociais:

¹⁴ Esta figura é uma representação das autoras, não constando em Chouliaraki e Fairclough (1999).

¹⁵ “Conquistar a hegemonia, no parecer de Gramsci, é estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social, difundindo sua própria ‘visão de mundo’ pelo tecido da sociedade como um todo, igualando, assim, o próprio interesse com o da sociedade em geral” (EAGLETON, 1997, p. 108). Desse modo, o conceito de hegemonia destaca o poder exercido mais pelo consenso que pela coerção. Ver discussão mais detida nas páginas seguintes.

O conceito de articulação como a relação entre elementos (momentos) do social é usado por Laclau e Mouffe (1985) para conceituar poder: hegemonia é vista em termos da relativa permanência de articulações de elementos sociais. Essa conceituação ilumina a possibilidade inerente de desarticulação e rearticulação: a hegemonia é uma questão de fechamento de práticas e redes de práticas destinado a ser rompido porque o social é por natureza aberto [...] (CHOULLARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 25)

O caráter relativo das permanências, no que se refere a práticas sociais, pode ser entendido no contraste entre conjunturas, estruturas e eventos. Para Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 22): conjunturas são “conjuntos relativamente estáveis de pessoas, materiais, tecnologias e práticas – em seu aspecto de permanência relativa – em torno de projetos sociais específicos”; estruturas são “condições históricas da vida social que podem ser modificadas, mas lentamente”; eventos são “acontecimentos imediatos individuais ou ocasiões da vida social”. Segundo os autores, a vantagem de se focalizar as conjunturas é a possibilidade de se perceber não apenas o efeito de eventos individuais, mas de séries de eventos conjunturalmente relacionados na sustentação e na transformação de práticas.

O novo enquadre de análise parte da percepção de um problema e da análise de sua conjuntura, o que evidencia a importância da abordagem das práticas nesse aprofundamento do método para ADC. Em análises amplas, que consideram conjunturas e estruturas, observa-se a constituição de redes de práticas interligadas, articuladas. Em outras palavras, se o jogo de articulação entre os momentos de práticas sociais pode ser minimizado para se aplicar à articulação interna de cada momento de uma prática, também pode ser ampliado para se aplicar à articulação externa, aquela que se estabelece entre práticas na formação de redes de práticas relativamente permanentes. Práticas são articuladas para constituir redes das quais se tornam momentos, como ilustra a figura 4¹⁶.

¹⁶ Esta figura é uma representação das autoras; não constando em Chouliaraki e Fairclough (1999).

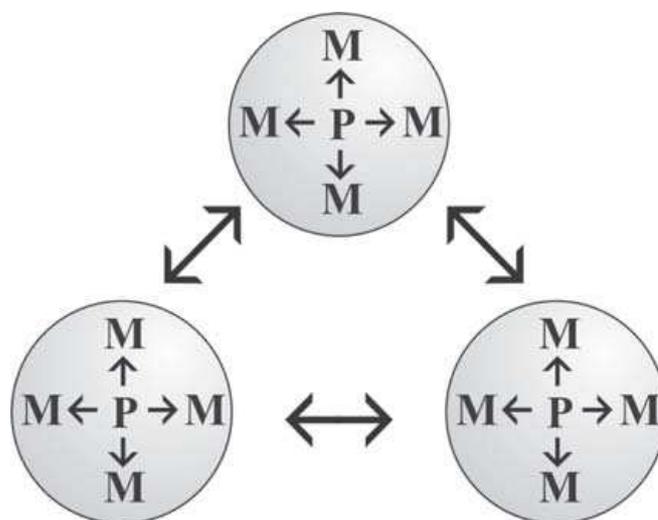


Figura 4 – Articulação entre práticas prática.

A abordagem de redes de práticas é importante em ADC por, no mínimo, dois motivos: as práticas assim compreendidas são determinadas umas pelas outras, e cada prática pode articular outras, com diversos efeitos sociais. As redes de práticas são sustentadas por relações sociais de poder¹⁷, e as articulações entre práticas estão ligadas a lutas hegemônicas. Desse modo, permanências de articulações entre práticas são compreendidas como efeito de poder sobre redes de práticas, e tensões pela transformação dessas articulações são vistas como lutas hegemônicas. Dado o caráter inerentemente aberto das práticas sociais, toda hegemonia é um equilíbrio instável, e a ADC como prática teórica emancipatória trabalha nas brechas ou aberturas existentes em toda relação de dominação. O conceito gramsciano de hegemonia converge com a proposta dialética da ADC de pensar as práticas sociais como essencialmente contraditórias e em permanente transformação.

Na concepção gramsciana (1988, 1955), o poder de uma das classes em aliança com outras forças sociais sobre a sociedade como um todo nunca é atingido senão parcial e temporariamente na luta hegemônica. Belligni (2002, p. 579) define hegemonia como “a *capacidade* de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita

¹⁷ As relações de poder no nível das redes de práticas são relações de dominação entre classes, etnias, gêneros sociais etc.

como guia legítimo, *constitui-se* em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país”.

A despeito de Billigni argumentar que este é o significado que se depreende da “teoria da Hegemonia”, de Gramsci, não parece muito apropriado falar em *capacidade* de direção e em *constituir-se* em classe dirigente. Hegemonia é um conceito que sugere processo e luta articulatória com pressões e limites específicos mutáveis, portanto, envolve mais articulação e aliança entre forças sociais do que *capacidade* e implica, ao contrário de *constituir-se*, em caráter definitivo, a necessidade de ser continuamente renovada, recriada, defendida e sustentada.

Para um grupo se manter temporariamente em posição hegemônica, portanto, é necessário estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social, por meio da difusão de uma visão de mundo particular pelo tecido da sociedade como um todo, igualando, assim, o próprio interesse de um grupo em aliança com o da sociedade em geral (EAGLETON, 1997, p. 108). A esfera responsável por essa difusão ideológica é a sociedade civil, no âmbito da qual as classes buscam ganhar aliados para os seus projetos através da manutenção da direção e do consenso¹⁸. Dessa forma, é mais apropriado falar em *direção* em vez de dominação hegemônica.

Segundo Eagleton (1997, p.105-106), há distintas maneiras de se instaurar e sustentar temporariamente a hegemonia. A ideologia é *uma* dessas maneiras de assegurar o consentimento por meio de lutas de poder levadas a cabo no nível da significação e do momento semiótico¹⁹. Por esse motivo, a análise da prática social particular pode receber a contribuição dos estudos sobre os modos de

¹⁸ Coutinho (1996, p. 53-54) explica que Gramsci ampliou o conceito marxista de Estado, por meio da distinção entre duas esferas da superestrutura: a sociedade civil e a sociedade política. A última designa o conjunto de aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocrático-executivos ligados às forças armadas e policiais e à imposição das leis, através dos quais a classe dominante mantém e exerce o monopólio legal ou da violência. Sociedade civil, por sua vez, designa o conjunto das instituições responsáveis pela representação de diferentes grupos sociais, bem como pela elaboração e difusão de valores simbólicos e de ideologias, que compreende o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os meios de comunicação, as organizações profissionais, as instituições de caráter científico e artístico etc.

¹⁹ A ideologia é classificada por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 26) como construções discursivas.

operação da ideologia de Thompson (1990). Na teoria social crítica de Thompson (1990), o conceito de ideologia é inerentemente negativo. Ao contrário das concepções neutras, que tentam caracterizar fenômenos ideológicos sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios, ou ligados aos interesses de algum grupo em particular, a concepção crítica de Thompson postula que a ideologia é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes.

Os sentidos das formas simbólicas²⁰, conforme essa visão, são ideológicos somente quando servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder. Thompson (1990, p. 81-89) apresenta cinco modos gerais através dos quais o sentido²¹ das formas simbólicas pode estabelecer e sustentar relações de dominação: por legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação²².

Sendo assim, é possível apontar dois motivos centrais para a ADC focar o conceito *hegemonia*: primeiro, ele aponta para a possibilidade de mudança, porque “a hegemonia é um contínuo processo de formação e suplantação de um equilíbrio instável” (GRAMSCI, 1988, p. 423), e, segundo, porque aborda o discurso como um meio de se lutar pelo consenso.

Essa concepção de poder baseia-se no princípio da dialética, segundo a qual o mundo não é um conjunto de coisas acabadas, mas um complexo de processos em articulação e modificação ininterrupta. Uma nova articulação oriunda da agência do sujeito (na ação) pode reestruturar, transformar ou destituir o poder hegemônico vigente (na estrutura). Reconhecer as maneiras como a

²⁰ “Por ‘formas simbólicas’, eu entendo um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos” (THOMPSON, 1990, p. 79).

²¹ A ADC amplia essa noção limitada de *sentido* a serviço da dominação, quando propõe que a ideologia pode operar por meio de outros dispositivos lingüísticos: “Uma oposição rígida entre ‘conteúdo’ ou ‘sentido’ e ‘forma’ é equivocada porque os sentidos dos textos são estreitamente interligados com as formas dos textos, e os aspectos formais dos textos em vários níveis podem ser investidos ideologicamente” (FAIRCLOUGH, 1992, p. 119).

²² A discussão sobre os *modi operandi* da ideologia, conforme propostos por Thompson (1990), é muito relevante, mas escapa ao objetivo deste artigo.

hegemonia é instaurada e mantida no momento semiótico das práticas sociais pode ser um caminho para a superação das relações assimétricas de poder sustentadas em (redes de) práticas.

Uma vez que a hegemonia é vista em termos da permanência relativa de articulações entre elementos sociais, existe uma possibilidade intrínseca de desarticulação e rearticulação desses elementos. Essa possibilidade relaciona-se à agência humana: o elemento ativo da ação individual. Para Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 26), essa ação individual pode representar um artifício potencial para a superação das relações assimétricas, desde que esse elemento ativo seja subsidiado por uma reflexividade crítica. A reflexividade sugere que toda prática tem um elemento discursivo, não apenas porque toda prática envolve, em grau variado, o uso da linguagem, mas também porque as construções discursivas sobre práticas são também parte das práticas. A reflexividade institucional, discutida por Giddens (1991, 2002) como um traço básico da modernidade, sugere que, na modernidade tardia (ou modernização reflexiva, conforme Giddens, Beck e Lash, 1997), a atividade social e as relações materiais com a natureza são intensamente revisadas pelos atores à luz de novo conhecimento ou informação²³. Esse tipo de reflexividade distingue-se do monitoramento reflexivo inerente à ação humana, mas, no contexto da modernidade tardia, passa a influenciar cada vez mais tal monitoramento.

Segundo Giddens (1991, 2002), a experiência mediada tornou a vida cotidiana mais influenciada pela informação e conhecimento e, nesse cenário, a

²³ A teoria de Giddens foi criticada, por Chouliaraki e Fairclough (1999), Castells (1999) e Lash (1997), dentre outros autores, pelo fato de não contemplar o universo social excluído das redes de informação. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 126-127) ponderam que Giddens (1991) apresenta explicações generalizadas sobre a construção reflexiva do 'eu' na modernidade tardia e privilegia uma posição social particular (branco, macho, de classe média) em vez de considerar que existem pessoas posicionadas muito diferentemente, de acordo com classe, gênero, raça, idade ou geração, e, portanto, com diferentes possibilidades de acesso a tal construção reflexiva. Castells (1999, p. 27), que discorda do caráter global do "planejamento reflexivo da auto-identidade" e postula que, exceto para uma elite, o planejamento reflexivo da vida torna-se impossível e, nesse cenário, a busca pelo significado da vida e pela auto-identidade ocorre no âmbito da reconstrução de identidades defensivas em torno de princípios comuns, como o fundamentalismo religioso. Lash (1997, p. 146-147) aponta que essa falha origina-se na preocupação exclusiva de Giddens com a ação social em detrimento da estrutura, e questiona "como é possível uma mãe solteira, que vive num gueto urbano, ser 'reflexiva'? [...] partindo da 'necessidade' da 'estrutura' e da pobreza estrutural, quanta liberdade esta mãe do gueto possui para autoconstruir sua própria 'narrativa de vida'?"

construção das auto-identidades passou a se sujeitar de forma ampliada às revisões da reflexividade institucional: “Os indivíduos em cenários pré-modernos, em princípio e na prática, poderiam ignorar os pronunciamentos de sacerdotes, sábios e feiticeiros, prosseguindo com as rotinas da atividade cotidiana. Mas este *não é o caso no mundo moderno, no que toca ao conhecimento perito*” (grifo nosso, GIDDENS, 1991, p. 88).

Dessa forma, práticas podem depender dessas autoconstruções reflexivas, cada vez mais influenciadas pela informação circundante, para sustentar relações de dominação. Os sentidos a serviço da dominação podem estar presentes nas formas simbólicas próprias da atividade social particular ou podem se fazer presentes nas autoconstruções reflexivas, caso a ideologia seja internalizada e naturalizada pelas pessoas. No entanto, a busca pela auto-identidade, que deve ser criada e sustentada rotineiramente nas atividades reflexivas do indivíduo, também pode sinalizar possibilidade de mudança social em favor dos menos privilegiados.

Com base na contribuição teórica de Habermas (1987), Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 87) localizam um exemplo desse recurso potencial para a mudança na reflexividade da *esfera pública*: espaços e práticas sociais nos quais pessoas dialogam, como cidadãs, sobre questões de interesse social e político de modo a interferir na política e moldar a mudança social. Habermas (1987, p. 495-496) reconhece nos novos movimentos sociais, que “já não encontram sua expressão apenas nas exigências clássicas por maior justiça distributiva, mas também no amplo espectro dos chamados valores pós-materiais”, os portadores desse potencial, pois eles são resistentes à colonização do mundo da vida e largamente defensivos em sua natureza: “Hoje se coloca a questão de saber se [...] a administração da crise será solapada por movimentos sociais que não se orientem mais pela necessidade de controle do sistema, mas por traçados de fronteira entre sistema e mundo da vida²⁴” (HABERMAS, 1987, p. 496).

Chouliaraki e Fairclough (1999) defendem que a modernidade tardia mina identidades individuais e coletivas, logo, lutas para a construção de identidades

²⁴ Em linhas gerais, Habermas (1987, p. 467-494) distingue ‘sistemas’ – domínio da racionalidade econômica (economia de mercado) e burocrática (Estado) –, de ‘mundo da vida’ – domínio da reprodução cultural, da integração social e da socialização, cuja função está voltada para a ação orientada ao entendimento recíproco cotidiano.

no discurso são um traço saliente da vida social nessa fase da modernidade. Harvey (1989) contribui para a sustentação dessa defesa, ao identificar, segundo Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 78), dois tipos de reação às mudanças ocorridas na modernidade tardia: de um lado, uma exploração das múltiplas possibilidades geradas, por exemplo, no cruzamento de fronteiras e no hibridismo de práticas; de outro lado, uma reação mais defensiva que tenta restabelecer identidades individuais e coletivas e que envolve tematização da nação, da religião, da comunidade e da família em formas de novos movimentos sociais²⁵.

Dessa forma, questões de luta pela identidade são parcialmente questões de discurso e compõem parte da agenda da ADC. Uma das funções da ciência crítica é tentar desvelar aspectos negativos da “nova ordem mundial” hegemônica e mostrar que podem ser mudados pela agência humana, dado que não são naturais, mas são, pelo menos em parte, o resultado de estratégias particulares engendradas por meio de decisões políticas de acordo com interesses determinados.

4 REFLEXÕES FINAIS: DO MODELO TRIDIMENSIONAL À ARTICULAÇÃO ENTRE PRÁTICAS, POR UMA PRÁTICA TEÓRICA EMANCIPATÓRIA

O movimento do modelo tridimensional para o método de ADC que privilegia a articulação entre práticas sociais na análise é, sobretudo, um movimento do discurso para as práticas sócio-discursivas. As implicações desse movimento descentralizador nas análises empíricas são importantes, especialmente no que concerne ao foco na dialética e ao caráter emancipatório da prática teórica em ADC. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 143) explicam que, embora um foco central na linguagem e no semiótico seja uma inclinação normal em lingüística, seria uma centralização problemática para uma teoria que visa ser dialética, daí a importância de se enquadrar a Análise de Discurso na análise de práticas sociais concebidas em sua articulação.

²⁵ Castells (1999) também discute o caráter dos novos movimentos sociais, como o fundamentalismo religioso cristão norte-americano e islâmico, os zapatistas mexicanos, os movimentos ambientalistas, dentre outros.

O diálogo crescente entre a Linguística e a Ciência Social Crítica, nas bases teóricas da ADC, foi determinante no processo de abertura da disciplina, que culminou no movimento da centralidade do discurso para a percepção de discurso como um momento de práticas sociais. Sobre esse percurso, van Dijk (2003, p. 9) pondera:

No começo, na América Latina e no resto do mundo, a Análise de Discurso centrou-se, principalmente, na descrição da estrutura dos textos e das conversações ou nos processos psicológicos do discurso. Não obstante, na última década, nos demos conta de que a linguística e a Análise de Discurso são, também, parte das ciências sociais e precisam legitimar sua posição na sociedade.

A legitimação social da Análise de Discurso que van Dijk reclama relaciona-se ao papel desempenhado pela disciplina na desarticulação de relações de dominação, ou seja, relaciona-se a seu caráter emancipatório. Segundo Rajagopalan (2003, p. 48), cada vez mais pesquisadores estão se convencendo da “consciência social do lingüista”, de suas “responsabilidades perante a sociedade”. Nesse contexto, o movimento discurso/práticas sociais é central, posto que envolve uma abertura teórico-metodológica que prevê o enfoque das conjunturas como parte do trabalho analítico. O método atual fundamenta-se na “crítica explanatória” do realismo crítico.

A epistemologia do realismo crítico, cujos expoentes são reconhecidos nos filósofos contemporâneos Bhaskar (1989) e Collier (1994)²⁶, considera a vida (social e natural) um sistema aberto, constituído por várias dimensões – física, química, biológica, psicológica, econômica, social, semiótica –, e todas têm suas próprias estruturas distintivas, seus mecanismos particulares e poder gerativo. Na produção da vida, social ou natural, a operação de qualquer mecanismo é mediada pelos outros, de forma que nunca se excluem ou se reduzem um ao outro. De acordo com Bhaskar (1989, p. 12), a realidade é estratificada e a atividade científica deve estar comprometida em revelar esses níveis mais profundos, suas entidades, estruturas e mecanismos (visíveis ou invisíveis) que existem e operam no mundo. Conforme se discutiu nas seções anteriores, os momentos da

²⁶ Citados em Chouliaraki e Fairclough (1999)

prática social estão internamente relacionados em vários níveis, de modo que a análise do momento semiótico deve ser vinculada à análise dos outros momentos da (rede de) prática(s).

De acordo com a proposta da crítica explanatória, de Bhaskar (1989), o enquadre teórico-metodológico de 1999 propõe que a análise deve partir da percepção de um *problema*, relacionado ao discurso, em alguma parte da vida social (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 60); em seguida, deve-se verificar quais são os *obstáculos para que o problema seja superado* – quais as características permanentes nas redes de práticas que sustentam o problema observado – através de três focos de análise correlacionados: *análise da conjuntura*, *análise da prática particular* e, finalmente, *análise de discurso* (com dupla orientação, para a estrutura²⁷ e para a interação²⁸). A etapa seguinte no quadro analítico proposto é a verificação das *funções do problema na prática*, ou seja, para além da descrição dos problemas em que a instância discursiva se envolve, deve-se também avaliar a função de tais problemas nas práticas discursiva e social, para, em seguida, especular sobre *possíveis maneiras de superar os obstáculos*. O objetivo aqui é explorar as possibilidades de mudança e superação dos problemas identificados, através da incompletude e das contradições das conjunturas. Por fim, toda análise em ADC deve, segundo os autores, conter uma *reflexão sobre a análise*, isto é, toda pesquisa crítica deve ser reflexiva (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 66). Isso se relaciona à consciência sobre a posição da qual a análise desenvolve-se: não há pesquisa ou análise neutra, sempre partimos de posições teóricas que refletem interesses particulares e são, portanto, parciais. É preciso, pois, admitir que há sempre outras perspectivas possíveis para o tratamento do problema.

Como se vê, essa abordagem de ADC é mais complexa que a abordagem anterior e tem acarretado uma ampliação do caráter emancipatório da disciplina. Primeiro, porque possibilita maior abertura nas análises, e segundo, mas não menos importante, porque incita, mais que o modelo tridimensional, o interesse na análise de práticas problemáticas decorrentes de relações exploratórias. Uma

²⁷ Relação da instância discursiva analisada com ordens de discurso e sua recorrência a gêneros, vozes e discursos de ordens de discurso articuladas.

²⁸ A maneira como o discurso trabalha com os recursos oferecidos pelas ordens de discurso articuladas, análise lingüística de recursos utilizados no texto e sua relação com a prática social.

conseqüência do diálogo profícuo entre Lingüística e Ciência Social Crítica é uma consolidação do papel do lingüista crítico como agente na luta pela transformação de práticas sociais de dominação. Tomando de empréstimo as palavras de Rajagopalan (2003, p. 123), podemos afirmar que “o lingüista vai recuperando seu papel de cientista social, com um importante serviço a prestar à comunidade e, com isso, contribuir para a melhoria das condições de vida dos setores menos privilegiados da sociedade”.

A formulação desse quadro teórico-metodológico de ADC por Chouliaraki e Fairclough e sua adoção por diversos pesquisadores parece ter sublinhado o viés crítico da disciplina. Não se pretende com isso afirmar que o modelo precedente não tivesse em seu cerne a reflexão crítica. Embora o paradigma tridimensional de ADC seja também perpassado pelo conceito de prática social, e embora as três dimensões do discurso permaneçam presentes, ainda que de maneira dispersa, no método de 1999; a abordagem atual, voltada para as redes de práticas e suas articulações, resulta em uma análise mais acurada de relações conflituosas envolvidas com o discurso.

É útil, contudo, fazer uma ressalva: com o aprofundamento da questão social na ADC, é importante salientar a necessidade de nos mantermos atentos aos dados lingüísticos, que devem, necessariamente, sustentar a análise do ponto de vista das práticas sociais. Sobretudo, é preciso cuidar para não se separar as análises lingüística e social – afinal, o objetivo é mapear conexões entre o lingüístico e o social em uma análise verdadeiramente integrada.

REFERÊNCIAS

BELLIGNI, Silvano. Hegemonia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. v. 1: p. 579-581.

BHASKAR, Roy. **The possibility of naturalism: a philosophical critique of the contemporary Human Sciences**. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHOUILIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COUTINHO, Carlos N. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1996.

van DIJK. Prólogo. In: BERARDI, Leda (Org.). **Análisis Crítico del Discurso: perspectivas latinoamericanas**. Santiago: Frasis Editores, 2003.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Unesp; Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. New York: Longman, 1989.

_____. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

_____. Discurso, mudança e hegemonia. In: PEDRO, Emília R. (Org.). **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sócio-política e funcional**. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p. 77-104.

_____. A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, Célia. (Org.). **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001. p. 31-82.

_____. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003a.

_____. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Comp.). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Traducción de Tomás F. Aúz y Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa, 2003b. p. 179-203.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____; BECK, Ulrich; LASH, Scott (Orgs.). **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **A Gramsci reader: selected writings, 1916-1935**. Organizado por David Forgacs. London: Lawrence and Wishart, 1988.

_____. **Concepção dialética da história**. Tradução de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995 [1955].

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Tradução de Luiz S. Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1987].

HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução de Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992 [1989].

LASH, Scott. A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade. In: _____; GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p. 135-206.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica**. São Paulo: Parábola, 2003.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, Comunicação e Representações Sociais da PUC-RS. Petrópolis: Vozes, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Recebido em 15/07/04. Aprovado em 01/10/04.

Title: Critical discourse analysis - from the three-dimensional model to the articulation among practices: theoretical-methodological implications

Author: Viviane de Melo Resende e Viviane C. Vieira Sebba Ramalho

Abstract: In this work we make a retrospective of Critical Discourse Analysis (CDA) while emphasizing the movement between the three-dimensional model proposed by Fairclough (1989, 1992) and the theoretical elaboration of CDA proposed by Chouliaraki & Fairclough (1999). The goal is to show that such a development of that discipline is, above all, a movement of discourse toward practices, of which discourse is but a moment. The dialogue with critical perspectives from the Social Sciences – the works of Habermas (2002 [1987]), Harvey (1992 [1989], 1996), Giddens (1991, 2002), among others – we find in the 1999 model implies a development of the social bases of CDA and, consequently, a refinement of its emancipatory character.

Keywords: Critical Discourse Analysis; theory; three-dimensional model; articulation; social practices.

Titre: Analyse du Discours Critique, Du Modèle Tridimensionnel à l'Articulation entre pratiques: des implications théoriques-méthodologiques

Auteur: Viviane de Melo Resende e Viviane C. Vieira Sebba Ramalho

Résumé: Dans cette étude, on présente une rétrospective de l'Analyse du Discours Critique (ADC), signalant le mouvement entre le modèle tridimensionnel de Fairclough (1989, 1992) et le développement de l'élaboration théorique de l'ADC proposée par Chouliaraki & Fairclough (1999).

L'objectif est celui de démontrer que le développement de cette discipline est surtout un mouvement du discours vers les pratiques sociales, dont le discours lui-même constitue l'un de ces moments. Le dialogue avec des perspectives critiques des Sciences Sociales – dont les travaux de Habermas (2002 [1987]), Harvey (1992 [1989], 1996), Giddens (1991, 2002), parmi d'autres -, dans la proposition de 1999, implique un approfondissement des bases sociales de l'ADC et, par conséquent, un perfectionnement de son caractère émancipateur.

Mots-clés: Analyse du Discours Critique; théorie; modèle tridimensionnel; articulation; pratiques sociales.

Título: Análisis del discurso crítico, desde el modelo tridimensional a la articulación entre prácticas: implicaciones teórico-metodológicas

Autor: Viviane de Melo Resende e Viviane C. Vieira Sebba Ramalho

Resumen: En este trabajo, se hace una retrospectiva del Análisis del Discurso Crítico (ADC), con énfasis en el movimiento entre el modelo tridimensional de Fairclough (1989, 1992) y el desarrollo de la elaboración teórica del ADC propuesto por Chouliaraki & Fairclough (1999). Su objetivo es mostrar que este desarrollo de la disciplina es, sobre todo, un movimiento del discurso para las prácticas sociales, de las cuales el discurso es un momento. El diálogo con perspectivas críticas de las Ciencias Sociales– los trabajos de Habermas (2002 [1987]), Harvey (1992 [1989], 1996), Giddens (1991, 2002), entre otros–, en la propuesta de 1999, implica una profundización de las bases sociales del ADC y, consecuentemente, la mejoría de su carácter emancipador.

Palabras-clave: Análisis de Discurso Crítico; teoría; modelo tridimensional; articulación; prácticas sociales.